



GLOBAL PERSPECTIVES & INSIGHTS

EDIÇÃO ESPECIAL

*Atualizando as Normas
para um Mundo em Mudança*



The Institute of
Internal Auditors

Conteúdos

| | |
|---|-----------|
| Introdução | 2 |
| Evolução do IPPF: As <i>Normas Globais de Auditoria Interna</i> | 2 |
| <i>Normas Globais de Auditoria Interna</i>TM | 3 |
| Mudanças drásticas para tempos drásticos | 3 |
| Os Cinco Domínios | 5 |
| Domínio I: O Propósito da Auditoria Interna | 5 |
| Domínio II: Ética e Profissionalismo | 6 |
| Domínio III: Governando a Função de Auditoria Interna | 7 |
| Domínio IV: Gerenciando a Função de Auditoria Interna | 8 |
| Domínio V: Executando Serviços de Auditoria Interna | 9 |
| Normas para uma Nova Geração..... | 10 |
| Como funcionam as <i>Normas Globais de Auditoria Interna</i> | 10 |
| Implantação e desempenho..... | 10 |
| Conclusão..... | 12 |



Introdução

Evolução do IPPF: As Normas Globais de Auditoria Interna

Profissionais de auditoria interna do mundo todo confiam nas *Normas Internacionais para a Prática Profissional de Auditoria Interna (Normas)* e no Framework Internacional de Práticas Profissionais (IPPF) para ajudar a navegar o complexo mundo do gerenciamento de riscos, governança e controle. Por mais de uma geração, esses documentos do The Institute of Internal Auditors (IIA) orientaram os profissionais na prestação de avaliação e assessoria de auditoria interna independentes, objetivas, eficazes, eficientes, éticas e da mais alta qualidade.

Durante esse período, os fundamentos do gerenciamento de riscos – identificar riscos relevantes às metas e estratégias organizacionais, avaliar a probabilidade e o impacto, estabelecer um apetite a risco e criar controles internos para gerenciar riscos – permaneceram consistentes. No entanto, a velocidade com que os riscos surgem, os fatores que trazem volatilidade e complexidade ao risco e a transformação de atitudes quanto ao propósito e à natureza das organizações criaram novos desafios e demandas para os auditores internos da atualidade.

“Falei com literalmente centenas de auditores internos de todas as partes do mundo, tanto em meu papel de ex-presidente do conselho global do IIA quanto em meu papel atual”, disse o presidente do *International Internal Audit Standards Board* (IIASB), Mike Peppers. “O que ouvi deles é que precisam de uma orientação clara e direta do The IIA. Embora o IPPF forneça essa orientação, seus vários componentes às vezes criam confusão sobre como se aplicam aos auditores internos e sobre as funções e responsabilidades dos profissionais da linha de frente, chefes executivos de auditoria, gestão executiva e conselho. Agora, mais do que nunca, precisamos de normas que atendam às suas necessidades e elevem a qualidade dos serviços de auditoria interna que prestam.”

De fato, o futuro exige serviços de auditoria interna que sejam tempestivos, relevantes e impactantes. Isso requer normas perspicazes, prescientes, claras e diretas. Para atender a essa demanda, o The IIA lançará em breve um rascunho para comentários públicos que mudará drasticamente a forma como as *Normas* e outros elementos do IPPF são apresentados e explicados. As novas *Normas Globais de Auditoria Interna*[™] articulam mais claramente os fundamentos para uma auditoria interna eficaz, agrupando as *Normas* em cinco domínios:

- Domínio I: Propósito da Auditoria Interna
- Domínio II: Ética e Profissionalismo
- Domínio III: Governando a Função de Auditoria Interna
- Domínio IV: Gerenciando a Função de Auditoria Interna
- Domínio V: Executando Serviços de Auditoria Interna

Esta edição especial do *Global Perspectives & Insights* fornece uma visão geral das novas *Normas Globais de Auditoria Interna* propostas, o histórico de como foram desenvolvidas e considerações sobre como as *Normas* atualizadas podem ser aplicadas. Também examina como a conformidade com as *Normas* atualizadas ajudará as futuras gerações de auditores internos a atender e superar as demandas de nossos stakeholders e agregar valor às suas organizações.



Normas Globais de Auditoria Interna™

Por que normas atualizadas são necessárias?

Mudanças drásticas para tempos drásticos

Rever e revisar as Normas faz parte do devido processo estabelecido pelo IASB, o que leva a atualizações periódicas dos documentos que regem a profissão. A atualização mais recente começou em 2020, quando o IASB reconheceu a necessidade de repensar como as Normas foram organizadas e apresentadas. O IASB ouviu o feedback dos profissionais sobre os desafios associados à conformidade com determinadas normas e manteve em mente que a conformidade com as Normas nem sempre equivale a um desempenho de qualidade. Esses temas ajudaram a conduzir as revisões drásticas de como as Normas são apresentadas no próximo rascunho para comentários públicos das Normas Globais de Auditoria Interna. Além disso, as revisões refletem informações de uma ampla gama de stakeholders.

“Mais de dois anos de trabalho árduo de nossa equipe e do Conselho de Normas resultaram em um rascunho notável das novas Normas Globais de Auditoria Interna, que acredito que ajudarão a liderar os auditores internos no futuro. Ele reflete contribuições significativas não apenas de profissionais de auditoria interna – incluindo a liderança de 90 diferentes afiliadas nacionais do IIA – mas também de stakeholders, como reguladores, diretores corporativos e órgãos normativos”, disse Anthony Pugliese, presidente e CEO do IIA. “A normatização segue um rigoroso processo legal e visa atender às necessidades fundamentais da profissão e ao interesse público. Estou confiante de que o rascunho será bem recebido e aguardo feedback durante o período de comentários públicos.”

Uma das principais mudanças refletidas no rascunho para comentários públicos é uma estrutura simplificada. Os seis componentes do IPPF agora se concentram em duas áreas, Normas e Orientações. Normas e orientações de implantação são apresentadas em cinco domínios, cada um abordando os principais aspectos da profissão.

- O **Domínio I: Propósito da Auditoria Interna** unifica as descrições da profissão anteriormente espalhadas entre diversos elementos do IPPF.
- O **Domínio II: Ética e Profissionalismo** incorpora o Código de Ética e as normas relativas à conduta do profissional, e é enriquecido pela inclusão de normas que tratam do zelo profissional devido.
- O **Domínio III: Governando a Função de Auditoria Interna** esclarece o papel do conselho. Essa mudança delinea pela primeira vez as responsabilidades importantes do conselho em apoio à auditoria interna eficaz e aborda como o chefe executivo de auditoria (CAE) pode apoiar o conselho no cumprimento com suas responsabilidades.
- O **Domínio IV: Gerenciando a Função de Auditoria Interna** esclarece a função do CAE e fornece orientação sobre liderar uma função de auditoria interna.
- O **Domínio V: Executando Serviços de Auditoria Interna** inclui requisitos e práticas adicionais para prestar serviços eficazes de auditoria interna no dia a dia.

Cada domínio incorpora princípios relacionados que orientam as normas dentro do domínio. Os princípios, 15 no total, fornecem descrições amplas de uma premissa ou regra básica, resumindo um grupo de requisitos e recomendações a seguir. Além disso, as Normas atualizadas agora incluem práticas recomendadas e evidências de conformidade após cada norma, tornando mais fácil para os profissionais entenderem e se adequarem às normas individuais. As Normas revisadas também reconhecem nuances para o setor público, funções de auditoria de pequeno porte e serviços de assessoria.

Outra forma de entender as revisões propostas é examinar os estados “antes” e “depois” em várias áreas principais:



Antes: As responsabilidades da função de auditoria interna, do chefe executivo de auditoria e do conselho não estavam claras.

Depois: As normas agrupadas no **Domínio III: Governando a Função de Auditoria Interna** descrevem o que é necessário do conselho para apoiar uma função de auditoria interna eficaz e esclarecem as funções e responsabilidades do conselho e do chefe executivo de auditoria. Quando o conselho autoriza e apoia totalmente o papel do chefe executivo de auditoria e a função de auditoria interna, a auditoria interna pode servir ao conselho e a outros stakeholders de maneira eficaz.

Antes: Os requisitos para gerenciar estrategicamente uma função de auditoria interna de alta qualidade não eram precisos.

Depois: O **Domínio IV: Gerenciando a Função de Auditoria Interna** delinea novos requisitos e práticas recomendadas para os chefes executivos de auditoria desenvolverem estratégias e indicadores de desempenho, para ajudar o chefe executivo de auditoria a liderar uma função de auditoria interna de qualidade.

Antes: As normas que descreviam como executar aspectos práticos de trabalhos individuais de auditoria interna careciam de detalhes.

Depois: O **Domínio V: Executando Serviços de Auditoria Interna** fornece novos requisitos e práticas recomendadas para a condução de trabalhos, especialmente sobre avaliação de riscos e análise de informações para desenvolver constatações e conclusões.

Antes: Orientações essenciais sobre implantação e demonstração de conformidade com as *Normas* estavam em documentos separados, dificultando o acesso.

Depois: As *Normas Globais de Auditoria Interna* são um único documento abrangente. Cada norma incorpora seções sobre requisitos e práticas recomendadas para implantação e demonstração de conformidade.

“Como auditor interno ativo, entendo o valor de normas profissionais que sejam claras, precisas e relevantes para o trabalho que realizo diariamente”, disse Benito Ybarra, presidente do conselho global do IIA. “Precisamos ampliar e estender esse reconhecimento para envolver nossos principais stakeholders. As *Normas Globais de Auditoria Interna* propostas simplificam a estrutura, adicionam práticas recomendadas e alinham sua relevância aos objetivos de negócios do mundo real. Eu adoraria ver as contribuições e percepções de meus colegas praticantes e de outros stakeholders importantes no rascunho para comentários públicos.”

Top Changes To the Standards

- Simplify the IPPF Structure
- Consolidate 6 elements (Mission, Definition, Code of Ethics, Core Principles, Standards and Implementation Guides) into the new Standards
- Create the new Purpose of Internal Auditing, under the new Standards
- Enrich the Ethics and Professionalism by adding due professional care
- Add the recommended practices and evidence of conformance after each Standard
- Add the nuances for Public Sector, small functions, and advisory services
- Clarify the Board role in governing internal audit function
- Clarify the roles of CAEs and internal auditors for internal audit functions and various activities
- Redefine the quality = conformance + performance



Os Cinco Domínios

Examinando a estrutura das *Normas Globais de Auditoria Interna*

Domínio I: O Propósito da Auditoria Interna

Um dos principais desafios (na verdade, críticas) do IPPF é que ele inclui quatro componentes separados para abordar o que é a auditoria interna e como ela deve operar – Missão da Auditoria Interna, Princípios Fundamentais para a Prática Profissional da Auditoria Interna, Definição de Auditoria Interna e Código de Ética. Além de contribuir para a confusão entre os profissionais, isso também dificultou a articulação clara e concisa do valor da auditoria interna para os stakeholders da auditoria interna. O **Domínio I — Propósito da Auditoria Interna** foi concebido para resolver isso..

O Propósito da Auditoria Interna do rascunho para comentários públicos descreve como a auditoria interna melhora o sucesso organizacional por meio de avaliação e assessoria objetivas. Paul Sobel, ex-presidente do Conselho Global do IIA e ex-presidente do IASB, juntou-se ao The IIA como assessor sênior para ajudar a redigir as novas *Normas*, incluindo a declaração de Propósito da Auditoria Interna. Ele acredita que ela melhora e esclarece muito a comunicação sobre o valor e a intenção da profissão.

“Acho que parte disso foi tentar fazer com que a profissão de auditoria interna fosse vista como mais alinhada com as metas e objetivos da organização e com o sucesso da organização”, disse ele, acrescentando que a nova declaração melhora a declaração existente de Missão da Auditoria Interna. “Sabe, o velho ‘melhorar e proteger o valor organizacional’ fazia sentido, mas não tenho certeza se chegava a vincular diretamente a auditoria interna ao que torna uma organização bem-sucedida.”

Elizabeth Sandwith, atual membro do IASB, também trabalhou nas novas Normas. Ela descreve o novo Propósito da Auditoria Interna como a tão sonhada descrição de “*pitch* de elevador” sobre a profissão. “Acho que o propósito agora é muito claro em termos de quem somos, o que somos e como somos mais eficazes”, disse ela.

Sobel concordou.

“O ponto era que tinha que ser algo simples e memorável. Sabe, se alguém disser: ‘Você é da auditoria interna. O que isso significa? O que você faz? Por que você está aqui?’ Deveríamos ser capazes de distinguir a auditoria interna de qualquer outra parte da organização que também está lá para ajudar a organização a ser bem-sucedida.”

Embora reconheça que outras mudanças podem ser feitas no Domínio I após o período de comentários públicos, Sandwith ainda expressou confiança de que a nova redação ajudará os auditores internos e seus stakeholders a ter uma melhor compreensão de suas funções na organização.

Em sua essência, a nova declaração de propósito e outras alterações propostas às Normas refletem uma evolução da profissão e de seu papel na boa governança.

“As *Normas Globais de Auditoria Interna* articulam e esclarecem melhor onde exatamente a auditoria interna se encaixa nos modelos de governança em evolução que vemos no mundo todo”, disse Sobel. “Então, é por isso que serão muito importantes. Temos que fazer isso direito. Se forem realmente atemporais, devem se encaixar conforme a governança e outras coisas evoluem continuamente; e se não acertarmos, descobriremos que as *Normas* estarão fora do ritmo dos negócios modernos.”

“Acho que isso é parte do que aconteceu antes”, continuou Sobel. “As Normas são muito boas. Serviram bem à profissão. Mas não necessariamente ressoaram com conselhos e executivos sobre como essas Normas apoiam o sucesso de uma organização, que é a grande métrica da boa governança.”



Domínio II: Ética e Profissionalismo

Uma função fundamental de qualquer norma profissional é definir as diretrizes da conduta ética e do desempenho profissional. O Domínio II das novas *Normas Globais de Auditoria Interna* alcança isso para a profissão de auditoria interna. Esta tarefa é realizada no IPPF atual com o Código de Ética, diversos dos Princípios Fundamentais de Auditoria Interna e normas relacionadas ao zelo profissional devido. Isso exemplifica como a estrutura das novas Normas Globais de Auditoria Interna propostas melhora o IPPF existente.

“A vantagem do Domínio II é que ele articula muito claramente os comportamentos que devemos exibir e por que esses comportamentos são importantes”, disse Sandwith. “Novamente, agora há clareza sobre isso, que é tão importante para um auditor interno – seja ele um CAE orientando sua equipe ou um novo auditor interno entrando na profissão.”

Sobel enfatizou que o Código de Ética existente e outros componentes do IPPF não vão desaparecer. Estão apenas sendo incorporados ao novo domínio.

“Ao incorporá-lo e criar seu próprio domínio, ele nos ajudou a integrar muito melhor como essas expectativas em torno da ética e do profissionalismo se encaixam nos princípios de uma boa auditoria interna”, disse ele. “Então, agora você não tem princípios éticos separados. Eles estão embutidos nos 15 princípios totais, o que, novamente, contribui para uma forma muito mais clara de ver quais são as expectativas.”

O Domínio II é focado principalmente no auditor individual — o que se espera dele do ponto de vista ético; o que é necessário da parte dele do ponto de vista de competência e profissionalismo. Os profissionais têm a obrigação de entender como fazer seu trabalho com competência e ética, e de cumprir as normas que explicam essas obrigações. Sobel e Sandwith concordaram que o novo domínio proposto torna isso mais fácil.

“A clareza agora é muito mais forte em termos de como fazemos nosso trabalho, como nos comportamos, o que é comportamento aceitável, o que não é, como reportamos coisas que vemos que sejam inaceitáveis e como demonstramos conformidade com o Domínio II”, disse Sandwith. “Anteriormente, havia um Código de Ética que assinávamos anualmente quando renovávamos nossa associação e, provavelmente, nos esquecíamos dele ao longo do ano, enquanto concluíamos os trabalhos de auditoria interna. Agora, está no cerne das *Normas* e de tudo que fazemos.”

Sobel acrescentou: “Antes, havia o Código de Ética e certas normas focadas no profissionalismo, e certamente, havia uma boa quantidade de cruzamentos. Ao incorporá-los todos juntos, cada auditor interno agora sabe: 'Ei, preciso ir para o Domínio II e descobrir quais são minhas responsabilidades, que não posso depender que um chefe executivo de auditoria ou meu gerente me diga o que fazer. Essas são coisas que preciso internalizar, que preciso fazer com eficácia, ou não poderei fazer meu trabalho bem.'”

Para o membro do conselho do IASB, Hans-Peter Lerchner, o Domínio II traz uma unidade que antes faltava à ética e ao profissionalismo.

“O que era muito importante era torná-lo completo”, disse ele. “Se você não sabe o que está fazendo de fato, ou o que deve fazer para se desenvolver ainda mais, não está completo. Agora, com esse compilado de ética e profissionalismo, sabemos do que todo auditor deve cuidar, o básico do nosso trabalho.”



Domínio III: Governando a Função de Auditoria Interna

O Domínio III oferece o que provavelmente é a mudança mais drástica nas *Normas Globais de Auditoria Interna* propostas. Pela primeira vez, as normas para a profissão de auditoria interna incluirão direção e responsabilidades para o conselho. Este passo ousado reconheceu e enfrentou um desafio fundamental que as normas existentes não abordam claramente.

As normas existentes descrevem uma estrutura preferencial para a governança de auditoria interna — especificamente que ela deveria estar posicionada de forma independente dentro da organização e reportar funcionalmente ao conselho e administrativamente à gestão executiva. As normas existentes também exigem a adoção de um estatuto de auditoria interna e delinham a interação do CAE com o conselho no que diz respeito à comunicação da independência das funções.

“São normas de auditoria interna; não são normas do conselho; não são normas do comitê de auditoria”, disse Sobel. “No passado, contornávamos isso dizendo: ‘bem, o chefe executivo de auditoria deve se dedicar para fazer isso ou tentar fazer com que isso aconteça’. Ainda havia foco no chefe executivo de auditoria. O que queríamos fazer era inverter isso. Se o conselho leva a sério o desejo de uma função de auditoria interna eficaz, uma que realmente atenda a esse propósito da auditoria interna, então, devem assumir certas responsabilidades.”

O Domínio III delinea várias normas para o conselho que autorizam a função de auditoria interna, asseguram e protegem sua independência e posição dentro da organização, e estabelecem as responsabilidades do conselho para supervisionar a qualidade do desempenho, tanto da função de auditoria interna quanto do chefe executivo de auditoria. As novas *Normas* enfatizam que o desempenho de qualidade requer conformidade com as *Normas* e mais. Cada norma dentro do Domínio III identifica especificamente as responsabilidades do CAE e do conselho, bem como as responsabilidades conjuntas.

“O conselho tem uma responsabilidade prática sobre a supervisão dos riscos, sobre os controles com os quais a auditoria interna pode ser muito útil”, disse Sobel. “Portanto, acho que isso realmente ajuda o conselho a desempenhar com mais eficiência essas responsabilidades de supervisão, entendendo o que precisam fazer.”

Sandwith previu que o Domínio III provavelmente apresentará um desafio para muitos CAEs, não apenas em termos de comunicar as novas normas a seus comitês e conselhos de auditoria, mas também de potencialmente se adaptar a uma supervisão mais rigorosa do conselho.

“Acho que há o risco de as pessoas não perceberão o fato de que isso agora formaliza o que seu comitê de auditoria, seu conselho, seu órgão de governança deve fazer”, disse ela. “Será necessária uma comunicação inteligente para transmitir isso. Se eu for um auditor interno praticante, posso usar as Normas, mas optar por não contar ao meu comitê de auditoria sobre o Domínio III, porque, na verdade, fico feliz fazendo apenas as coisas com as quais me sinto confortável e posso não querer esse desafio de supervisão.”

No entanto, quando se trata de conformidade com o Domínio III, os CAEs precisarão demonstrar que seus conselhos entendem e implantam cada norma relacionada, disse Sobel.

“Os CAEs precisam dizer a seus conselhos: ‘Se você realmente quer que eu cumpra com esse propósito de auditoria interna, preciso da sua ajuda. Você tem que fazer essas coisas. Agora, vou fazer o seguinte para apoiá-lo, para garantir que você possa fazer essas coisas e, juntos, podemos garantir com sucesso que a função de auditoria interna seja administrada de forma eficaz”, disse Sobel. “Mas não consigo fazer isso sem você e não espero que você consiga sem mim.”

As normas no domínio Governança cobrem a supervisão do conselho, para garantir que o CAE desenvolva, implante e mantenha um programa de avaliação e melhoria da qualidade (QAIP), incluindo uma avaliação externa de qualidade (EQA) da função de auditoria interna pelo menos a cada cinco anos. Enfatizar isso como uma responsabilidade do conselho visa trazer “maior rigor ao que uma EQA e, francamente, um QAIP podem e devem ser”, disse Sobel.

Detalhes adicionais sobre desempenho e conformidade com as normas são encontrados na seção “Implantação e desempenho” na página 11.



Domínio IV: Gerenciando a Função de Auditoria Interna

O CAE é responsável por gerenciar a função de auditoria interna, e o Domínio IV descreve em detalhes significativos quais responsabilidades isso implica. Este domínio identifica os princípios para planejamento estratégico, gestão de recursos, garantir que os auditores internos construam relacionamentos e se comuniquem com os stakeholders com eficácia, e garantir e aprimorar o desempenho da função.

Sobel descreve o Domínio IV como se desse ao CAE um roteiro para configurar a função de auditoria interna para o sucesso. “Ele se concentra no planejamento estratégico de longo prazo para a auditoria interna, algo que antes faltava nas Normas. Talvez tenha sido aludido, mas não declarado explicitamente”, disse ele.

Por exemplo, o Princípio 9, Planejar-se Estrategicamente, cobre:

- Entender os processos de governança, gerenciamento de riscos e controle
- Estratégia de auditoria interna
- Estatuto de auditoria interna
- Metodologias
- Plano de auditoria interna
- Coordenação e confiança

“O Princípio 9 estabelece a base para os demais princípios e normas dentro do Domínio IV, porque, uma vez que você tenha uma estratégia definida, você pode começar a pensar em como vai alcançar essa estratégia”, disse Sobel.

Os princípios do Domínio IV também fornecem um fluxo lógico para gerenciar recursos, estabelecer metodologias, comunicar-se com todos os stakeholders com eficácia e garantir que haja um plano em vigor que assegure a qualidade, incluindo conformidade e desempenho. Adicionalmente, a discussão sobre comunicação eficaz fornece outro exemplo de como as normas reestruturadas reúnem tópicos semelhantes que antes estavam dispersos pelos seis componentes do IPPF.

“Falamos sobre comunicações com o conselho para ajudar os CAEs a cumprir com suas responsabilidades de supervisão no Domínio III, mas o Domínio IV se concentra nos tipos de comunicação que normalmente precisamos ter, sejam com o conselho, com a gestão ou com a atividade sob revisão”, disse Sobel. “O Domínio IV vai realmente ajudar o CAE a entender que isso não é algo que você pode simplesmente improvisar. Você precisa ser atencioso quanto aos tipos de comunicação que você tem – sua frequência, com quem estão, qual é o seu propósito.”

Sandwith disse que o Domínio IV também fornece um meio poderoso para esclarecer o papel e o valor da auditoria interna.

“O Domínio IV é muito claro e me diz o que devo fazer do ponto de vista profissional”, disse ela. “Mas também é uma ferramenta fenomenal em termos de conversar com meus stakeholders, de conversar com a equipe da minha alta administração sobre meu papel como CAE.”



Domínio V: Executando Serviços de Auditoria Interna

O Domínio V fornece o direcionamento mais prático das *Normas Globais de Auditoria Interna* para conduzir o trabalho diário de auditoria interna. Os três princípios e normas relacionadas neste domínio abordam o planejamento eficaz do trabalho, a condução do trabalho, a comunicação durante o trabalho, o desenvolvimento de constatações, o fornecimento de recomendações e conclusões, e o monitoramento dos planos de ação. O Domínio V fornece direção e orientação detalhadas em áreas que são vagas nas normas existentes. Por exemplo, as novas Normas descrevem como coletar informações, realizar a avaliação de riscos do trabalho e desenvolver o programa de trabalho como parte de um planejamento eficaz do trabalho. Isso melhora as normas existentes, que às vezes não fornecem o nível de detalhe necessário.

“O que descobrimos é que provavelmente havia coisas faltando nas normas antigas”, disse Sobel. “Podem estar nas orientações de implantação e guias práticos em algum lugar. Mas parte do propósito de toda essa iniciativa era reunir as coisas em um só lugar. Então, quando alguém disser: 'preciso saber como realizar um trabalho de auditoria interna', bem, agora está tudo bem ali para você. Você conhece os requisitos e, em seguida, as considerações para implantação.”

Além disso, os redatores das *Normas Globais de Auditoria Interna* deram consideração adicional a como os pronunciamentos de princípios e normas individuais poderiam ser realizados em situações do mundo real.

“O Domain V é realmente o 'pão com manteiga' de como você executa suas responsabilidades dia após dia”, disse Sobel. “Houve muita reflexão sobre o lado da implantação. Como as pessoas realmente vão fazer isso? Quando dizemos: 'Você deve fazer isso'. O que isso significa? Como fazer isso?”

Novos requisitos e considerações no Domínio V fornecem detalhes destinados a ajudar os auditores internos a realizar trabalhos com consistência e qualidade, ao mesmo tempo reconhecendo que a ordem na qual as etapas são executadas pode variar de acordo com o trabalho, assim como podem se sobrepor ou ser iterativas em vez de lineares.

As novas *Normas* elevam o nível, ao enfatizar que os auditores internos devem aplicar e cumprir com as *Normas* da mesma forma para trabalhos de avaliação e assessoria, a não ser quando especificado de outra forma em normas individuais. Pela primeira vez, as *Normas* descrevem o processo de análise e avaliação de constatações, para chegar às recomendações e conclusões do trabalho.

“Depois que isso for finalizado e as pessoas entenderem, eu esperaria que a maioria dos auditores internos passasse a maior parte do tempo examinando o Domínio V, porque isso realmente fornece a orientação sobre o que precisam fazer para realizar seus trabalhos com eficácia”, disse Sobel.



Normas para uma Nova Geração

Cinco domínios trabalhando em conjunto

Como funcionam as *Normas Globais de Auditoria Interna*

Há interesse e empolgação crescentes entre os redatores das *Normas Globais de Auditoria Interna* propostas sobre como elas serão recebidas pelos auditores internos do mundo todo. Também há consenso entre eles de que as mudanças propostas ajudarão a próxima geração de auditores internos a ter sucesso.

“Acho que chegaremos a um documento que nos dará o framework sobre o qual construímos, como auditores internos profissionais, o melhor serviço possível para nossas organizações. Então, acho que estabelece essa base”, disse Sandwith. “Acho que também está nos dando um framework mais sólido para coisas como avaliações externas de qualidade.”

Para Lerchner, as mudanças propostas oferecem uma melhoria significativa, já que respondem às críticas dos profissionais que realizam o trabalho diário de auditoria interna.

“A situação com o IPPF após a última revisão em 2017 era que, embora houvesse algumas novas adições, parecia estar um pouco fragmentado. Isso era uma preocupação para os praticantes, porque eles não sabiam: 'onde estão as peças relevantes para mim?'”, disse ele. “Seja para o CAE, para um conselho ou simplesmente para o auditor interno, precisávamos de alguma orientação para o trabalho diário. Esse foi o ponto de partida para juntar o quebra-cabeça e chegar a uma só imagem.”

Criar os cinco domínios, cada um com assuntos e públicos específicos em mente, ajuda a criar a clareza que Lerchner disse que os profissionais estão buscando.

“Acho que a estrutura do domínio específico para mim como CAE é brilhante e absolutamente essencial para me ajudar a fazer meu trabalho melhor”, disse Sandwith. “O Domínio IV é muito claro e me diz o que devo fazer do ponto de vista profissional.”

No entanto, Sandwith enfatizou que os auditores internos devem se esforçar para examinar todos os cinco domínios e como funcionam em conjunto.

“Se eu não sei qual é o meu propósito, não tenho certeza de como faço meu trabalho”, disse ela. “Então, eu preciso que o Domínio I seja minha âncora. Eu preciso que o Domínio II me diga como me comportar e o que é importante em termos de como eu faço meu trabalho. Eu preciso do Domínio III em termos de supervisão por parte do meu comitê de auditoria ou conselho. Eu preciso do Domínio IV como CAE, em termos do que tenho que fazer e, claro, o Domínio V realmente me diz como fazer meu trabalho. Então, você não pode dizer: 'Vou ignorar todos eles e só vou olhar para o Domínio V, porque sou um auditor interno praticante.'”

Implantação e desempenho



Os redatores das *Normas Globais de Auditoria Interna* incluíram intencionalmente informações sobre a implantação e evidências de conformidade com cada princípio e norma. Isso foi feito para tornar significativamente mais fácil que os profissionais entendam o que precisam fazer. No entanto, também eleva o nível no desempenho.

“Estamos dizendo que qualidade não é apenas conformidade”, disse Sobel. “Qualidade é sobre conformidade e desempenho. Você sabe que isso significará coisas diferentes para diferentes empresas e diferentes CAEs, mas você também precisa ter expectativas de desempenho, metas de desempenho, e um bom programa de melhoria da qualidade deve se concentrar em ambos.”

A conformidade com as normas continua sendo um aspecto importante e, em última análise, obrigatório para cada função e profissional de auditoria interna. No entanto, os CAEs devem ver a conformidade como um começo, não um fim. As *Normas Globais de Auditoria Interna* propostas alavancam as responsabilidades de supervisão do conselho para ajudar a melhorar o desempenho.

“Acho que vão começar a aumentar as expectativas de que o chefe executivo de auditoria diga: 'Sim, você precisa estar em conformidade e também precisa de bom desempenho. Agora, vamos falar sobre quais deveriam ser essas métricas de desempenho'”, disse Sobel. “Esperamos que, no futuro, tenhamos mais avaliações externas de qualidade que se concentrem nas principais práticas, desempenho etc., e não apenas na conformidade.”



Conclusão

The IIA está trazendo uma nova perspectiva para as normas que regem a profissão de auditoria interna. Conforme novos desafios de riscos aumentam a pressão para criar, manter e garantir uma governança eficaz, serão críticas as normas de auditoria interna que garantem o alto valor de serviços de avaliação de riscos e assessoria eficazes e de alta qualidade. CAEs e conselhos deveriam se perguntar: “Nossa organização está equipada para o futuro, a partir de uma perspectiva de gerenciamento de riscos e controle interno?”

As *Normas Globais de Auditoria Interna* foram desenvolvidas para ajudar as organizações a responder “Sim”.

“Acho que é mais sobre ter sucesso em um mundo cheio de volatilidade, incerteza e mudança”, disse Sandwith. “É isso que penso que as Normas Globais de Auditoria Interna fazem. Penso que elevam o nível e equipam os auditores internos e nossa profissão para enfrentar esse mundo volátil, incerto e em constante mudança no qual nos encontramos agora.”



Sobre o The IIA

The Institute of Internal Auditors (IIA) é uma associação profissional internacional sem fins lucrativos que atende a mais de 230.000 membros globais, tendo concedido mais de 185.000 certificações *Certified Internal Auditor* (CIA) no mundo todo. Estabelecido em 1941, o The IIA é reconhecido em todo o mundo como o líder da profissão de auditoria interna em normas, certificações, educação, pesquisa e orientação técnica. Para mais informações, visite theiia.org.

Isenção de Responsabilidade

The IIA publica este documento para fins informativos e educacionais. Este material não se destina a fornecer respostas definitivas a circunstâncias individuais específicas e, como tal, destina-se apenas a ser usado como guia. The IIA recomenda buscar assessoria especializada independente relacionada diretamente a qualquer situação específica. The IIA não aceita qualquer responsabilidade por qualquer pessoa que confie exclusivamente neste material.

Copyright

Copyright © 2023 The Institute of Internal Auditors, Inc. Todos os direitos reservados. Para permissão para reprodução, contate copyright@theiia.org.

Fevereiro de 2023



The Institute of
Internal Auditors

Global Headquarters

The Institute of Internal Auditors
1035 Greenwood Blvd., Suite 401
Lake Mary, FL 32746, USA
Phone: +1-407-937-1111
Fax: +1-407-937-1101